

OPINIÃO

O Petróleo da Margem Equatorial é Precioso, Quando Explorado

Este artigo expressa as opiniões dos autores, não apresentando necessariamente a opinião institucional da FGV.

O passaporte para o futuro, aclamado por ocasião da descoberta de petróleo no pré-sal, possui data de expiração. A autossuficiência, comemorada em 2006, possui um prazo definido, em caso de a sociedade brasileira abrir mão da atividade exploratória em terra e mar. Dada a natureza cíclica dos campos de produção de petróleo, a exploração visa repor reservas e, no Brasil, a relação reserva/produção corresponde somente a 13 anos (ANP). Assim, a posição de quinto maior produtor de petróleo no mundo e o pico de 5,4 milhões de barris por dia esperado até 2030 (EPE) anunciam uma curva bastante íngreme, nos anos seguintes, na ausência de volumes adicionais para produzir.

Garantir as atividades de exploração e produção (E&P) de petróleo no país, nas arestas da responsabilidade social e da proteção ao meio ambiente, significa atender à demanda energética da população e suas atividades econômicas. Ressalta-se que, apesar do reconhecido perfil renovável da matriz energética brasileira, o petróleo e seus derivados ainda participam 36% (EPE). Adicionalmente, a importância desse setor se traduz em contribuição de 13,4% para o PIB industrial (CNI) e em crescimento econômico de 8,7% da indústria extrativa, em 2023 (IBGE).

Nas próximas décadas, a relevância estratégica das atividades petrolíferas tende a se acentuar no mundo, uma vez que os cenários mais ambiciosos do ponto de vista climático projetam consumo de 20 milhões de barris por dia em 2050 (AIE), ou seja, a neutralidade em carbono pode conviver com o petróleo. E,

o Brasil pode continuar assumindo o papel de potência energética, em renováveis e fósseis. Este papel depende, no entanto, em prosseguir com as atividades exploratórias, incluindo aquelas nas bacias da Margem Equatorial, cujos recursos recuperáveis chegam a 30 bilhões de barris.

A abertura de fronteira exploratória na Margem Equatorial assegura a produção, as exportações e a condição de autossuficiência nas próximas décadas, alcançada após longos esforços em investimentos, capacitação de trabalhadores e desenvolvimento tecnológico que resultam em segurança energética para o país. Ao mesmo tempo, atrair investimentos em E&P para as regiões Norte e Nordeste significa diversificar as externalidades positivas do setor, como royalties, empregos e renda, atualmente concentradas nos estados beneficiários da produção na Margem Sudeste.

Não menos importante, as receitas motivadas pelo petróleo dão condições para os investimentos públicos e privados financiarem a transição energética, ao passo econômico-tecnológico adequado para que soluções de baixo carbono sejam aceitas pela sociedade.

Um passo atrás remonta planejar o retorno à dependência de importação, que tanto restringiu o balanço de pagamentos nacional, que limitou a capacidade de investir e que colocou os preços de combustíveis largamente suscetíveis às crises no mercado internacional.

A profundidade técnica que o planejamento energético brasileiro exige, à luz do combate às mudanças climáticas, não deixa margem para dissensos políticos e visões negligentes às práticas de sustentabilidade e segurança da indústria petrolífera no Brasil. Uma riqueza inexplorada, tal como o petróleo da Margem Equatorial, retira do país o exercício da soberania sobre os próprios recursos naturais e a oportunidade de deixar um legado em desenvolvimento sustentável para atuais e próximas gerações.